



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

520 anos das Capitanias Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaranítica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

ANO 2024

Outubro

Nº 464

A MORTE DO PATRONO

*“O homem é senhor dos seus silêncios e
escravo de suas palavras”*

Francisco Paulino Teódulo Franco

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

Curitiba, dia 5 de outubro de 1930, escadaria de acesso ao 9º Regimento de Artilharia Montado, exatamente à 0100 hora.
Um incidente entre um major e um capitão causou a morte do primeiro, então comandante interino.

Ambos pertenciam àquela unidade do Exército Brasileiro. A motivação e as circunstâncias do incidente foram políticas.

O Major era Luís de Araújo Correia Lima, hoje Patrono dos CPOR/NPOR. O capitão era Carlos Amoretty Osório.

Ipsa Facto.

A unidade era o, já extinto, 9º RAM, antecessor do atual 5º Grupo de Artilharia Autopropulsado.

O quartelamento, depois ocupado por diversas Organizações Militares, inclusive pelo 5º Batalhão Logístico (até 1992), situa-se na antiga Praça da República, hoje Praça Rui Barbosa, centro de Curitiba. Atualmente, a fachada do prédio encontra-se tombada pelo Patrimônio Histórico do município.

O contexto político da época era de radicalização em torno das demandas contra ou a favor da Revolução de 1930, a qual já estava em andamento desde dois dias antes. Tudo contra a chamada “Política do Café com Leite”, então no poder.

Contra o governo federal estava a Aliança Liberal, derrotada nas eleições presidenciais de 1º de março do mesmo ano. O resultado foi favorável à chapa **Júlio Prestes - Vital Soares**, candidatos situacionistas.



O assassinato do governador da Paraíba João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (ao lado) em 26 de julho de 1930, em Recife, embora tendo sido um crime sem conotação política, precipitou os acontecimentos. João Pessoa foi candidato a vice na chapa de Getúlio Vargas.

E os líderes militares estavam, mais uma vez indevidamente, divididos e imersos na lama das pugnas político-partidárias.

Aos fatos.

Eclodida a revolução no dia 3 de outubro, foram presos o Comandante da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria (5ª RM/DI) General de Brigada Eduardo Monteiro de Barros (lado direito) e o General



Maximino Barreto, Comandante da 9ª Brigada de Infantaria. Foram presos por oficiais de patentes mais baixas.

Houve aqui uma completa inversão da hierarquia e quebra completa da disciplina.

Eduardo Monteiro de Barros, quando Coronel, comandou a Escola Militar do Realengo na época da Missão Indígena. Um exemplo de oficial.

Assumiu o comando da 5ª RM/DI, em 5 de outubro, o revolucionário Major Plínio Alves Monteiro Tourinho, então Chefe do Serviço de Engenharia Regional, que foi comissionado no posto de General. Tourinho mandou prender o seu próprio comandante.

O governo do estado do Paraná, com a fuga do governador Afonso Camargo, foi assumido pelo General da Reserva Mário Alves Monteiro Tourinho, irmão do Major Plínio Tourinho.

Este, um ano após o início da Revolução de 1930, “passou a fazer oposição ao presidente (Getúlio Vargas) para o qual abrirea as portas do Paraná” (IHGEPR, 1980, p. 75).



A Revolução de 1930 teve seu início no dia 3 de outubro em Porto Alegre, conduzida e liderada por Getúlio Vargas e Juarez do Nascimento Fernandes Távora. O primeiro, no sul. Este, no Nordeste.

Eram, entre muitos outros, os líderes da Aliança Liberal, a qual organizou a Revolução.

Em 4 de novembro de 1891 nasceu em Porto Alegre o menino que receberia o nome de Luís de Araújo Correia Lima (ao lado).

Seus pais eram o General de Divisão Gonçalo Correia Lima e a Sra. Anna de Araújo Ribeiro. O nome Luís era homenagem ao seu avô.

Dezesseis anos depois, em 26 de setembro de 1907, o jovem Luís foi incorporado ao Exército Brasileiro no então 25º Batalhão de Infantaria, sediado na sua cidade natal, a capital do RS.

Ainda nesta unidade, prestou concurso e foi aprovado para a outrora Escola de Guerra

de Porto Alegre a qual cursou entre abril de 1908 e janeiro de 1911.

Destacou-se Luís como aluno e como militar na Escola de Guerra, já citada; na Escola Militar do Realengo de maio a dezembro de 1913, onde cursou Artilharia; na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro (março a dezembro de 1923); e na Escola de Estado-Maior do Exército (EEM), à Rua Barão de Mesquita, no Bairro da Tijuca, Rio (março de 1925 a dezembro de 1927).

Autorizado, adotou ele o nome de guerra de “Correia Lima”.

Um irmão mais novo de Correia Lima foi o General Augusto Frederico de Araújo Correia Lima. E mais duas irmãs, Clotilde Marina e Branca Sofia.



Ao lado, a família de Correia Lima. Ele é o segundo da esquerda para a direita dos que estão em pé.

(Fonte: site do CPOR/PA).

Ao longo da carreira, quando integrante do 17º Grupo de Artilharia, Correia Lima trabalhou, durante a Primeira Guerra Mundial, nas atividades de vigilância do litoral e da costa brasileira, na região de Rio Grande.

Foi instrutor da Escola Militar do Realengo durante a Missão Indígena (1919/1922);

Durante a Revolução de 1924 em São Paulo, combateu os revoltosos integrando o 1º Grupo de Artilharia Pesada.

Sua esposa chamava-se Marina de Souza e Mello. O casal foi premiado com dois filhos homens, Alfredo e Paulo. Ambos seguiram a carreira militar.

Idealista, Correia Lima foi grande leitor e pesquisador de temas militares. Conforme o site de genealogia geneall.net:

As leituras e estudos sobre os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, especialmente quanto aos mecanismos de recrutamento e reacompanhamento de claros nas fileiras dos exércitos europeus, se constituíram na fonte de inspiração para a criação, no Brasil, dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), que se tornaram o ideal de sua vida e pelo qual trabalhou desde jovem, ainda como tenente. Teve de lutar contra a inércia e a incompreensão que existiam, não somente no meio civil, mas também no meio militar, onde foi colocada em dúvida a honestidade de seu propósito e, até mesmo, a acusação de ele querer reorganizar a extinta Guarda Nacional. Mas seus ideais se impuseram e, em 22 de abril de 1927, foi criado o primeiro CPOR brasileiro, o do Rio de Janeiro, comandado pelo próprio Correia Lima, então capitão. O CPOR do Rio começou a funcionar efetivamente no ano seguinte, servindo de modelo para a criação de outros Centros em outras capitais, bem como dos futuros Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Conforme a sua Fé-de-Ofício, obtida no Arquivo Histórico do Exército:

Em 22 de abril de 1927, foi criado o primeiro Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro, comandado pelo próprio Correia Lima, então capitão. A atividade era exercida concomitantemente com suas funções no Estado-Maior do Exército. O CPOR do Rio começou a funcionar efetivamente no ano seguinte, servindo de modelo para a criação de outros CPOR em outras capitais, que à época eram então vinculados às Regiões Militares. Em dezembro de 1929, concomitantemente com suas funções de Comandante do 1º Grupo do 9º RAM, foi nomeado Diretor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 5ª Região Militar.

Nos primeiros dias de outubro de 1930, o Major Correia Lima estava na função de Comandante interino do 9º RAM.

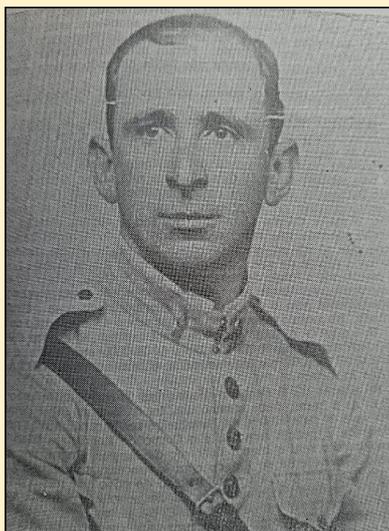
O Comandante, Coronel João Cândido Pereira de Castro Júnior, legalista, não estava na unidade porque foi designado para comandar um destacamento enviado para Porto União. Este oficial foi preso pelos revolucionários. Era nascido no Maranhão. Alcançou o generalato.

Importante destacar, desde já, que Correia Lima era legalista não tendo, portanto, aderido à Revolução de 1930. Tinha sido promovido a major por merecimento em 26 de setembro de 1929.

No dia 15 de outubro de 1930 foi promovido post-mortem a tenente-coronel, por ato de bravura.

Em Porto Alegre, a rua que passa em frente ao CPOR/PA, e que demanda os altos do Morro Santa Teresa, chama-se Rua Correia Lima.

No início da rua existe uma pequena praça com o mesmo nome e na qual existe um busto do Patrono dos CPOR/NPOR.



Em 26 de julho de 1897, em Bagé, RS, nascia Carlos Amoretty Osório (ao lado), filho de Manoel Luis Osório, que tinha 30 anos, e da Sra. Emília Amoretty, 22 anos. Casou-se com Hilda Meissner em 27 de fevereiro de 1924, em Curitiba, PR. O casal gerou um filho, Carlos Affonso Meissner Osorio (1925–2000) e a filha Norma Meissner Osorio (1926–2015). Sua data de praça é 9 e abril de 1917 na 4ª Companhia de Infantaria. Vinte anos depois foi reformado por Decreto de 19 de agosto de 1937 (ancestors.familysearch.org).

Amoretty era o Fiscal Administrativo do 9º RAM quando ocorreu a tragédia que vitimou o Major Correia Lima. Desde cedo, era revolucionário.

Conforme a sua Fé-de-Ofício obtida no Arquivo Histórico do Exército:

Solicitou e iniciou o Curso de Piloto Militar, mas pediu trancamento (período de outubro de 1921 a maio de 1922). Em julho de 1922 foi preso a fim de apurar a sua participação na Revolta de 1922. Foi colocado em liberdade no início de dezembro do mesmo ano. Em 1930, foi comissionado Tenente-Coronel, no comando do 9º Regimento (de Artilharia Montada), tendo participado do Combate de Morungava. Em dezembro (de 1930) foi descomissionado em função da vitória do movimento revolucionário. Em 1932, participou da repressão aos revolucionários de São Paulo (Revolução Constitucionalista), participando do Combate de Buri.

Conforme o jornal Diário Carioca, edição de 28 de julho de 1935, o Capitão Amoretty seguia naquela mesma data do Rio de Janeiro para a 8ª Bateria Isolada de Artilharia de Costa, sediada no Forte Marechal Luz, Ilha de São Francisco do Sul, SC, para terminar de cumprir sua punição, oriunda da transgressão regulamentar de:

"Manifestar-se publicamente a respeito de assumpto político-partidário, com declaração de posto, cargo, função ou comissão que exerce, ou tomar parte activa em manifestações da mesma natureza" [(hoje em dia, transgressão prevista no Decreto nº 4.346, DE 26 de agosto de 2002, que aprovou o atual Regulamento Disciplinar do Exército (RDE, ou R-4)].

Em 13 de abril de 1935, a edição do jornal paulistano O Homem Livre noticiava que no mesmo ano, ou seja, o ano da Intentona Comunista, Amoretty era, mesmo na ativa do Exército, um dos dirigentes da Aliança Nacional Libertadora.

Conforme o Atlas Histórico do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, a ANL era uma:

Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em 12 de março de 1935, embora sua ata de fundação seja datada do dia 23 e sua instalação pública tenha ocorrido no dia 30. Constituiu uma frente ampla em que se reuniram representantes de diferentes correntes políticas - socialistas, comunistas, católicos e democratas - e de diferentes setores sociais - proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares - todos atraídos por um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Foi fechada em 11 de julho de 1935, continuando a atuar na clandestinidade até a eclosão da Revolta Comunista, no mês de novembro do mesmo ano.

Na década de 1940, Carlos Amoretty Osório integrou a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), juntamente com Plínio Tourinho. Hoje, existe uma rua com o seu nome no bairro Sítio Cercado em Curitiba. Faleceu e foi sepultado em 21 de março de 1972 nesta mesma cidade, aos 74 anos de idade.

Finalmente, vamos nos reportar ao objetivo deste trabalho: a morte do Major Correia Lima. Conforme o depoimento do Major Plínio Tourinho (General comissionado), era necessário obter a posição do 9º RAM em relação à Revolução e, para isso:

“...designei o capitão Álvaro Barroso de Souza Júnior para ir ao quartel daquela unidade entender-se com o capitão Amorety Osório, dando-lhe conta de que os demais corpos estavam a postos, prontos para iniciar o movimento que se esperava fosse efetivado sem derramamento de sangue. Mas a fatalidade se opôs a esse generoso desejo. Precisamente no momento de chegar ao quartel do 9º RAM, depois de ter transposto com dificuldade o cordão de sentinelas, o capitão Álvaro Barroso, devido à escuridão, não reconheceu a pessoa do bravo major Correia Lima, único oficial fiel ao governo e, em altas vozes, perguntou onde se encontrava o capitão Amorety, pois vinha em missão especial do major Plínio Tourinho. Nesse ínterim, bastante exaltado, como era natural, em altas vozes o major Correia Lima declarou que ele era o comandante do 9º RAM e que só recebia ordens do comandante da região. O que se passou então foi rápido e imprevisto. O capitão Amorety aproximou-se do major Correia Lima e deu-lhe ordem de prisão, apontando-lhe a pistola ao peito e intimando-o a render-se, porque o regimento estava revoltado. Em rápido movimento de defesa, o major Correia Lima deu uma pancada com a mão direita, de baixo para cima, na mão que o capitão Amorety empunhava a pistola. A arma disparou e o projétil feriu o major Correia Lima pouco abaixo do nariz, produzindo-lhe morte instantânea. Foi um fato lastimável e muito deplorado pelos revolucionários, pois Correia Lima era considerado um dos oficiais mais ilustres do Exército, pelo seu saber, capacidade de trabalho e amor ao país” (IHGEPR, 1980, p. 81).

Outro depoimento foi o do Tenente Henrique Rabello de Mello, do 9º RAM. Ei-lo:

“...O tenente Barroso, do serviço de Engenharia da Região, se aproximara do portão principal do quartel do 9º, afim de fazer a ligação do major Plínio Tourinho com os oficiais daquela unidade, conseguindo passar pelo cordão de sentinela graças às ordens dadas pelo segundo-sargento Gonçalo para não atirar. Quando o tenente Barroso se defrontava com o capitão Amorety Ozório, chefe do movimento no 9º procurando falar-lhe, surgiu inopinadamente o major Correia Lima que, investindo contra aqueles dois Oficiais, supondo que eram ordens trazidas do Quartel-General, gritou que só ele ali recebia ordens. Seguiu-se a esse incidente uma cena rápida de que resultou a morte do major Correia Lima, daí resultando o início do movimento em Curitiba...” (IHGEPR, 1980, p. 110).

Conforme o jornal O Dia, do Rio de Janeiro, edição do 4 de outubro, que cobriu a revolução em Curitiba, os acontecimentos foram os seguintes:

O único fato lamentável: a Morte do Major Correia Lima – De todo o movimento irrompido em nossa capital (Curitiba), o único fato lamentável é a morte do Major Correia Lima, aliás **fruto exclusivo da fatalidade** (grifo nosso). O fato teria se passado da seguinte maneira: Um oficial revolucionário ao ser surpreendido pelo Major Correia Lima em confabulação com um emissário dos revoltosos, sacou de sua pistola e apontou contra o peito do referido Major, intimando-o a render-se. O Major, nessa ocasião, num movimento rápido, deu com a mão direita, uma pancada na pistola que lhe era apontada ao peito, fazendo levantar a boca da arma e funcionar o gatilho da mesma, que é muito sensível. O tiro partiu, indo o projétil alojar-se na cabeça do Major que, em consequência, veio a falecer momentos após. Este lutuoso acontecimento é deplorado por toda a oficialidade revoltosa, porquanto o Major Correia Lima, apesar de extremado até a paixão nas suas ideias de fidelidade ao Governo Federal, era estimado por todos os seus companheiros de armas desta guarnição (IHGEPR, 1980, p. 121/122).

Finalmente, um quarto e último depoimento, o do General Higino de Barros Lima, na época 1º Tenente. Ei-lo:

“Situação no 9º RAM. Como ficou dito, alhures, na noite de 4 para 5 de outubro, por volta das 24 horas, o Major Correia Lima telefonara ao Major Mendonça Lima - oficial este muito ligado ao Comandante da Região, General Eduardo Monteiro de Barros - e que se achava no Quartel-Genera1, pedindo-lhe permissão para deslocar-se com o Regimento para Antonina, com o que evitaria a adesão de sua Unidade às da Guarnição, nessa altura já consideradas rebeladas desde o entardecer do dia 4. Além disto, não estava Correia Lima seguro sobre os sentimentos de sua oficialidade, quanto à disposição legalista. Ao nos transmitir a conversa telefônica que mantivera com o Major Correia Lima, dissera-nos Mendonça Lima que pôde notar o nervosismo de que estava possuído o Comandante do 9º RAM (interino), a tal ponto que não foi possível compreender o mais que dizia. Naquela mesma data (dia 4) dos acontecimentos havidos através do ‘confessionário’ (sic), ficara estabelecido que a Guarnição, sob a chefia do Ten Cel Plínio Tourinho, levantar-se-ia às 4:30 horas da manhã de 5, iniciando sua ação revolucionária, depondo e prendendo as autoridades, notadamente as estaduais, a começar pelo Presidente Dr. Afonso Alves de Camargo. Acertada a hora H do levante, mas como não tinham os revolucionários certeza sobre a conduta do 9º RAM, lá por volta da 1:00 hora do dia 5, Plínio Tourinho envia ao Quartel daquela Unidade, o 1º Tenente Álvaro Barroso, do Serviço de Engenharia Regional, cuja missão consistia em manter entendimentos com o Capitão Amorety Ozório, no sentido de convencê-lo, e a seus companheiros, que não desejassem aderir à revolução, que se abstivessem de resistir ao levante, a fim de evitar-se acontecimentos a lamentar. Em cumprimento à missão recebida, o Tenente Barroso dirigiu-se ao 9º RAM. Lá chegando, sobe a escadaria que dá acesso ao interior do quartel, pelo portão das armas. A porta está fechada e, uma portinhola destacada na própria porta, semicerrada. A sentinela, junto à portinhola, na guarita, em presença de um oficial fardado e seu conhecido, dá-lhe acesso. No Corpo da Guarda, ali próximo, pede que lhe chamem o Tenente Amorety. O ruído dos passos do Tenente Barroso, àquelas horas silenciosas da noite, ao subir a escadaria, é ouvido por Correia Lima, que se achava no Gabinete de Comando, situado no pavimento superior, exatamente acima do vestíbulo. Ciente de que alguém procurara por um oficial da Unidade, que não a ele, desce Correia Lima, passos rápidos, a escada em espiral que liga a parte superior ao vestíbulo, bradando em altas vozes: - O Comandante sou eu! É a mim que se deve dirigir! O Tenente Barroso, ao sentir a presença de Correia Lima, e por sabê-lo francamente contrário à revolução, procurava retirar-se pela mesma portinhola por onde entrara. É seguido por Correia Lima, que o chama. Nesse ínterim, vindo do pátio interno, chega ao vestíbulo o Tenente Amorety. Num relance, percebe a situação delicada em que se encontra. Trocam, entre si, algumas palavras. Conhecedor Amorety, do quanto temperamental é Correia Lima, aponta-lhe ao peito a ‘parabelum’ que sacara rapidamente, dizendo-lhe: - Major, considere-se preso! Correia Lima não se intimida diante da arma que lhe aponta Amorety. Aproxima-se mais deste e, enquanto procura sacar da pistola que trazia consigo, tenta afastar a ‘parabelum’, com um gesto brusco e violento. Ouve-se um estampido. Correia Lima desequilibra-se e, lentamente, cai ao solo. Imediatamente socorrido, é levado à Enfermaria Regimental, onde chega já sem vida. O projétil penetrara-lhe em um dos lados da boca e, atravessando-lhe o cérebro, em sentido ascendente, saíra pouco acima da nuca. Estava consumada a tragédia... Tristeza e nervosismo envolvem todo o quartel” (IHGEPR, 1980, p. 248/249).

As considerações finais são as seguintes.

Os quatro depoimentos coincidem quase que integralmente. O que teria causado o acionamento da tecla do gatilho da pistola? O dedo do Capitão ou o choque do golpe da mão direita do Major? Teve o Capitão a intenção de atirar, ou somente conter o Major e prendê-lo?

Há que se considerar que minutos antes, na condição de colegas de arma e de unidade, eram companheiros.

Não há dúvida de que o Major estava nervoso em função da situação geral e com receio da sua própria OM - revoltosa. E não suportou ser ameaçado de prisão por um oficial mais moderno. Reagiu da pior maneira, com violência.

Parece não haver dúvida de que o Capitão não deveria ter sacado da arma, ou seja, poderia ter procedido de maneira a convencer o Major de que não adiantava reagir, porque a revolução já era uma realidade. Mas encontrou pela frente os brios feridos do Major Correia Lima.

O Capitão Amoretty nenhuma sanção sofreu em função do fato. Ali, naquele momento, era um oficial legalista derrotado contra outro oficial revoltoso e já vitorioso.

Enfim, uma tragédia, que só pode ser debitada à sanha revolucionária que tomou conta do país naqueles primeiros dias de outubro de 1930.

O EB perdeu um excelente oficial, que poderia ainda muito produzir em proveito do Exército Brasileiro, mas que deixou um legado importante, a criação dos CPOR/NPOR.

Ao critério e à reflexão de cada leitor deste texto.

(*) O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior Veterano do EB. É Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS (lecaminha@gmail.com).

Referências:

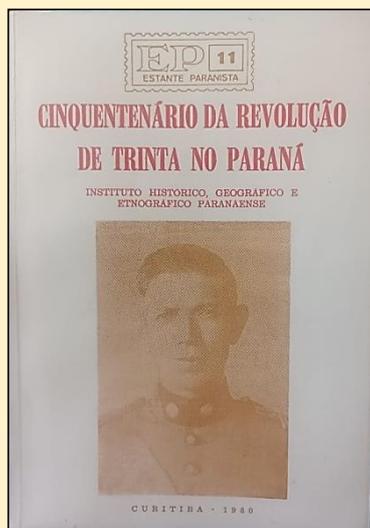
INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná. Curitiba: IHGEP, 1980, 2ª edição, 371 p.

CPDOC/FGV. Revolução de 1930. Rio de Janeiro.

<https://ancestors.familysearch.org/en/LR7F-2NV/carlos-amoretty-os%C3%B3rio-1897-1972>.

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RE-VOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf> (acesso em 13/10/2024).

<https://geneall.net/pt/>



Principal fonte utilizada no texto acima:

+++++

AMEAÇAS INTERNAS AO BRASIL SONHADO

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

O Brasil Sonhado: ser um ator global que participe de acordos regionais e extrarregionais, mas preserve o máximo de liberdade de ação para garantir interesses importantes e vitais. Constituir uma Nação que comungue de valores morais, cívicos e democráticos que fortaleçam a família, a liberdade, a justiça, a coesão e a identidade nacional; e que seja reconhecida mundialmente como defensora e promotora da paz e dos direitos humanos.



Dispor de poder nacional para garantir a soberania, explorar o patrimônio, manter a integridade territorial, disputar espaços em áreas de interesse de forma pacífica, e assegurar um desenvolvimento que resulte em segurança e bem-estar para a Nação como um todo.

Essa Visão de Futuro norteou a elaboração do Projeto de Nação “Brasil 2035”, lançado em maio de 2022, e já atualizado. A visão instiga a união entre cidadãos patriotas que almejam um futuro radiante e fraternal para o País.

Dela discordariam as mentes contaminadas pelo radicalismo ideológico, à esquerda e à direita, vírus corrosivo que divide a Nação e ameaça o nosso desenvolvimento, segurança, bem-estar, liberdade, justiça e soberania.

O Brasil Sonhado tem ameaças nos campos externo e interno. Serão resumidas as do campo interno, sem esgotar as características e perigos a cada uma inerentes.

Hoje, os atores que as implementam se aliaram, uns visando manter o controle do poder nacional e outros para tomá-lo no futuro quando, com certeza, conflitarão entre si.

As ameaças são apresentadas adiante.

a. Ideologias radicais de qualquer matiz, embora a nazifascista tenha pouco apelo popular e nenhum poder político na atualidade. A socialista marxista e a fabianista (esta não radical), ao contrário, têm poder político e influência em vários segmentos sociais. O socialismo marxista promove a revolução socialista permanente desde 1922, após a criação do PCB e, apesar de três investidas fracassadas (1935, 1964 e de 1966 a 1976), ainda insiste em tomar o poder, agora liderado pelo PT seguindo a linha gramscista. Ideologias radicais ameaçam a coesão, a liberdade, a justiça, a soberania¹ e a democracia ainda em processo de construção no País;

b. Globalismo. Ideologia da oligarquia financeira global, ator não estatal informal com elevado poder econômico e financeiro. Viola soberanias nacionais almejando uma governança mundial para “ditar os rumos do planeta, interferindo nas relações internacionais. Enquanto a Globalização envolve a disputa/integração econômica, o Globalismo pretende a centralização política nas mãos de um governo ou grupo supranacional”². Ameaça à soberania e à coesão nacional, tendo como óbices o nacionalismo, o conservadorismo, as religiões e a liberdade política e econômica;

c. ORCRIM. Poder paralelo multipolar que já controla territórios, instituições, corporações e comunidades. Está infiltrado nos governos, nos legislativos e na justiça do nível Federal aos níveis estaduais, portanto, na Oligarquia Patrimonialista (letra d.). Pela violência armada e corrupção, as ORCRIM ameaçam a soberania, segurança pública, justiça, liberdade e bem-estar social;

d. Oligarquia Patrimonialista (OP). Fisiológica e corrupta, poderosa e longeva, mas não ideológica é, de fato, a classe dominante no Brasil. Administra o Estado como um bem privado, que loteia para si e seus segmentos nos escalões inferiores³, organizando uma burocracia para o controle ou apropriação dos bens públicos. O patrimonialismo nasceu com as capitânicas hereditárias onde o donatário concentrava os poderes político, econômico e militar, daí surgindo a mentalidade distorcida dessa oligarquia poder usufruir dos bens públicos como se fossem privados;

e. Crise de valores morais, éticos e cívicos. Contamina o Estado, governos, instituições, sociedade civil, Nação e famílias. É promovida desde os anos 1960 pela revolução cultural, estratégia gramscista para tomar o poder e implantar a ditadura socialista marxista. O Globalismo e a OP são aliados, coniventes ou omissos, pois ela facilita a consecução de muitos dos seus interesses. A crise ameaça o exercício da autoridade e a convivência social, corroídos pela indisciplina e falta de respeito, a coesão nacional, a liberdade e a justiça, o civismo e a cidadania.

Os atores que regem as ameaças internas compõem um Sistema informal, não estruturado, mas com propósito finalístico convergente de controlar e lotear o poder nacional.

¹ Convém lembrar que soberania pertence ao povo e não a partidos, ao Estado ou a grupos de qualquer natureza, ideológicos ou não o.

² Gazeta do Povo: <https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/globalizacao-vs-globalismo/>

³ Como era impossível exercer diretamente a autoridade nas extensas capitânicas, os arrendatários tinham poder para apoiar ou rivalizar com o capitão-mor. Parceiros/rivais partilhavam bens públicos, desprezando necessidades e anseios das populações locais.

O Sistema é capitaneado pela OP, mas há forte ingerência de lideranças globalistas. A OP é poderosa nas altas esferas do Estado e da sociedade civil e está infiltrada pelas ORCRIM. Por não ser ideológica, a OP aliou-se às lideranças marxistas e fabianistas para manter o status de classe dominante.

A atuação da justiça no mensalão, no impeachment da Presidente Dilma e no petrolão (Operação Lava-Jato) e as mudanças propostas pelo governo Bolsonaro, tudo com amplo apoio popular nas ruas, sinalizavam um duro combate à corrupção, uma nova forma de fazer política e a renovação de lideranças.

Ao ver ameaçado o poder hegemônico da OP, a reação do Sistema foi cirúrgica. A grande maioria da população brasileira é conservadora e quer liberdade política e econômica, mas com responsabilidade social que proporcione oportunidades de melhoria a segmentos carentes da sociedade. Porém, por ingenuidade, politicamente explorada, e falta de visão ou de bom senso, muitos votam ou iludidos ou por simpatia, enquanto outros tantos deixam de votar por antipatia.

Muitos não avaliam o histórico ideológico, moral, ético e cívico dos candidatos.

A permanência desse longo contexto vem resultando na manutenção do extraordinário poder político, econômico e social dos atores que encabeçam as ameaças internas.

Só a neutralização delas abrirá o caminho para o Brasil Sonhado, o que não requer o uso de meios ilegais, ilegítimos ou violentos.

Seria necessária uma contrarrevolução cultural com foco na educação, na família e no resgate de valores éticos, morais e cívicos.

É adotar a exitosa estratégia gramscista em sentido contrário, num longo processo a exigir sabedoria e perseverança de cidadãos e lideranças com coragem de enfrentar riscos pessoais e profissionais.

Há uma miríade de atores e ações relevantes para neutralizar as ameaças.

No entanto, é o povo nas ruas, de forma perene, enérgica, pacífica, ordeira e pressionando seus representantes, que vai garantir o êxito da contrarrevolução cultural.

Cidadãos e lideranças com vontade férrea, na sociedade civil e nas instituições nacionais de Estado, já fizeram acontecer no passado e voltarão a fazer acontecer no futuro. É uma benção que em todas as épocas alguém tenha tido individualidade bastante e coragem suficiente para continuar fiel às próprias convicções (Robert G. Ingersoll).

Como era impossível exercer diretamente a autoridade nas extensas capitânias, os arrendatários tinham poder para apoiar ou rivalizar com o capitão-mor.

Parceiros/rivais partilhavam bens públicos, desprezando necessidades e anseios das populações locais.

@@

O BRASIL ENFERMO: A PÁTRIA NA UTI

Sérgio Pinto MONTEIRO*

O Brasil está doente. Um inimigo traiçoeiro espargiu, entre nós, um vírus letal que, progressivamente, vem destruindo os princípios e valores que forjaram a nacionalidade.



Na Europa, muitos já foram inoculados e hoje padecem em meio a uma crise econômico-social e moral nunca vista. A América Latina proporcionou à “doença” um campo de fácil proliferação.

E como age o “inimigo”? Já não se utiliza do armamento convencional para a conquista do poder e a desagregação da sociedade. Ao reverso, ilude o “sistema imunológico” de parcela da população com falsos anseios de paz, democracia e justiça social. Tudo regido por uma corrupção desenfreada, protegida e amparada na mentira, substituindo-se os valores cívicos e culturais da nação pela prática do engodo e do oportunismo.

Como corolário da ação nefasta desses brasileiros contaminados pelo terrível “vírus”, o país está sendo conduzido a uma crise sem precedentes. A nação está sob ataque de um adversário organizado, cruel e traiçoeiro que conquistou posições importantes, de onde domina boa parte do teatro de operações.

Uma das facetas mais evidentes desse conflito de quinta geração, ora em pleno desenvolvimento, são os procedimentos - e/ou tentativas - visando o controle das mídias sociais. Nesse esforço sinistro, vale tudo em benefício da “causa”, inclusive violentar-se, indecorosamente, o arcabouço jurídico do país.

Em uma união espúria e incestuosa, políticos corruptos, empresários desonestos, legisladores inescrupulosos, juristas desclassificados, jornalistas vendidos e outros tantos criminosos, atuam como verdadeiros vândalos, destruindo os valores e princípios fundamentais que forjaram a nação. Deus, Pátria, Família e Liberdade são seus alvos prioritários. Escudam-se, à luz do dia, numa falsa democracia para, na calada da noite, destruir o que ainda dela nos resta. Enganar sempre foi uma das suas armas mais eficazes. Usam o estado democrático de direito por nós outorgado - e a mentira - como ferramentas para suprimi-lo.

Legalidade, democracia, liberdade, soberania e valores éticos e culturais, sob o jugo de maus brasileiros, adquiriram formulações inaceitáveis, inconsequentes e, até mesmo, esdrúxulas, permitindo e incentivando arbítrios e ações visando à desintegração da pátria, da família e da nossa tradicional organização social.

Vitimado pela endemia sinistra, o Brasil segue internado. Seu estado grave o levou à UTI, já que corre sério risco de morte. Os médicos da equipe talvez, intimamente, lamentem a demora nas ações dos colegas que os antecederam no enfrentamento da doença. Certamente concluirão que um tratamento de choque teria evitado o agravamento do quadro. Mas, claro, como bons profissionais, sabem que precisam usar todos os recursos para tratar o internado. Se necessário, não deveriam hesitar em amputar - ou extirpar - algum membro ou órgão deteriorado.

Fiéis ao juramento de Hipócrates, quem sabe até arrisquem suas carreiras buscando uma solução heroica para salvar o paciente. Afinal, é o que ainda deles se espera. Resta-nos cerrar fileiras com os verdadeiros patriotas na defesa dos princípios e valores inerentes à nossa formação.

Ao longo da história, heróis de todas as raças, credos e profissões, lutaram em defesa da liberdade, valor do qual o brasileiro não abre mão. Frustramos, muitas vezes à custa de vidas preciosas, todas as tentativas de subjugar o Brasil - e seu povo - a regimes que não se coadunavam com a formação da nacionalidade.

A lição da Física há que sempre ser considerada: “a toda força corresponde outra igual e oposta, chamada de reação”. A terceira Lei de Newton nos remete ao DEVER e à responsabilidade que temos, individual e coletivamente, de legar um país livre às futuras gerações. Unidos, haveremos de vencer, lutando o bom combate.

Os Inconfidentes mineiros que deram suas vidas pelo sonho de um Brasil independente, os líderes que, em Pernambuco, subscreveram o Compromisso Imortal que culminou com a expulsão do invasor holandês e os nossos soldados que defenderam a democracia e a liberdade nos campos de batalha da Itália, devem ser o farol a indicar o caminho por onde o Brasil precisa ser conduzido em direção ao glorioso destino de pátria livre, desenvolvida e soberana.

"Aqueles que trocam sua liberdade em nome da segurança, não merecem e não conquistarão nenhuma das duas". (Benjamin Franklin)

*O autor, 84 anos, é professor, historiador e oficial da reserva do Exército. É fundador e Patrono do Conselho Nacional de Oficiais da Reserva. Presidente da Liga da Defesa Nacional/RJ e do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB. É membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, da Academia Brasileira de Defesa e do Instituto Histórico de Petrópolis. O artigo é pessoal.

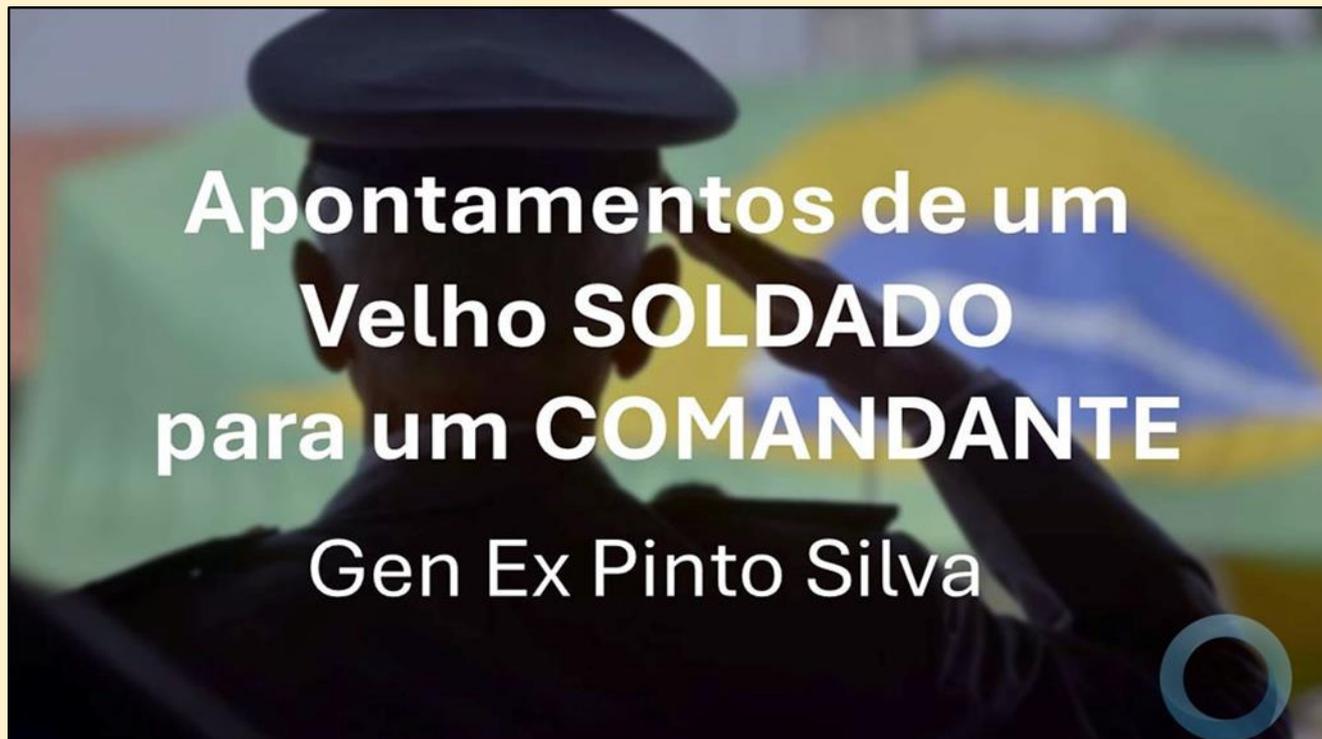
#####

APONTAMENTOS DE UM VELHO SOLDADO PARA UM COMANDANTE

Gen Ex Veterano Carlos Alberto Pinto Silva

".... como sábio capitão, tudo corria e via e a todos dava, com presença e palavras, coração...."
Os Lusíadas, Canto 4 - Luís de Camões.

Observação: o capitão é o comandante em todos os escalões. Ousamos acrescentar "com presença e palavras, coração..." , *justiça e exemplo.*



As pessoas devem ver o mundo da maneira que é, e não da maneira como gostariam que fosse ou esperam que seja. Não adianta apostar na esperança, já que a autoilusão pode dominar a todos e levar a linhas de ação ruins.

Há necessidade de se enfrentar a realidade e ser eficaz (alcançar objetivos); planejar a longo prazo e atuar no presente, ou seja, ser concreto para ser abstrato. (CONCRETO - o que já se conhece e já se pratica no cotidiano, ABSTRATO - novo conceito que se pretende alcançar).

O aperfeiçoamento permanente na busca da operacionalidade é um procedimento essencial que permite analisar e melhorar processos, diminuir gastos e aumentar o desempenho pela contínua identificação, compreensão e adaptação das práticas e processos excelentes, encontrados dentro e fora das Forças.

Nesse sentido decorre a imposição de:

- enfrentar a burocracia e se desvencilhar dela;
- rapidez nas mudanças, romper com práticas que não passam de estorvo;
- que todos na atividade tenham uma atitude positiva acreditem na necessidade de ser o melhor e fazer alguma coisa, para isso;
- questionar o passado, não para críticas destrutivas e sim buscar oportunidades de melhoria;
- não esperar a resposta perfeita para não ser atropelado pelo mundo;
- esquecer o passado, o que ficou para trás, por mais que tenhamos feito; e
- velocidade na implantação de novas mudanças, ideias e novas capacidades na busca da Transformação nas FA.

O combate do futuro exigirá cada vez mais recursos humanos capacitados, adestrados, experimentados, motivados, permanentemente disponíveis e comprometidos com os valores mais caros à instituição.

Nesse viés, competências essenciais serão requeridas aos líderes nos diversos níveis, bem como aos demais elementos das frações de emprego (Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro - Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.101, 1ª Edição, 2023).

No cerne desse ambiente faz-se necessário desenvolver uma atmosfera em que as pessoas ousem tentar novas realizações e que só sua criatividade, energia e padrões de capacidade pessoal imponham restrições às distâncias alcançáveis e à velocidade do avanço.

Há necessidade de pessoas que:

- sejam dinâmicas e autoconfiantes; que enfrentem a realidade de todos os dias;
- considerem o mais importante a cabeça e o coração dos auxiliares subordinados do que os planejamentos detalhados;
- orgulhem da organização, do trabalho, das realizações e das novas ideias;
- se empenhem em ser as melhores, porque elas são vencedoras;
- insuflam vida às ideias, para que não sejam apenas palavras;
- sempre preguem a ideia da operacionalidade, em todas as ações nas FA;
- tenham a cultura orientada para o desempenho;
- não se julguem as donas da verdade, porque sempre algo acontece para as despertar da irrealidade;
- tenham paixão pelo trabalho; e
- estejam ansiosas por realizações (envolvimento pessoal e dedicação, é preciso sentir o apetite pessoal dos componentes das FA).

Há necessidade de se criar a cultura da participação, que mobiliza forças e gera o compromisso de todos com os resultados; todos os dias a contribuição de cada um é importante.

Pessoas extraordinárias, e não estratégias ou ideias notáveis, são os fatores críticos de sucesso.

Deve-se confiar nas pessoas, principalmente nas que fazem acontecer.

Lembrem-se sempre e difundam aos seus subordinados, muitos deles também comandantes:

- que reclamações não fazem um vencedor e sim a gestão correta, realizações e eficácia;
- a constância de propósitos e o compromisso do comando com novos princípios devem ser repetidos e reforçados, e a sua prática estimulada até que a mudança desejada se torne irreversível; e
- é preciso persistência e continuidade, aproveite todas as ocasiões para difundir ideias, bem como do entendimento de que não há espaço para medíocres no mundo atual.

Há necessidade de que os Comandantes das FA, sejam modeladores e difusores de culturas voltadas para o desempenho, que definam suas funções em termos de identificar e constantemente comunicar valores comuns aos subordinados, moldando-os de modo a melhorar o desempenho, buscando recursos sejam humanos, materiais ou financeiros, vivendo valores comuns, ouvindo na maior parte do tempo, e falando uma linguagem diferente daquela tradicional das nossas Forças.

Os Comandantes devem assegurar que suas Organizações Militares permaneçam focadas na missão, baseada nos valores e orientada para a diversidade de missões e serem cumpridas. Devem ser líderes de uma "Parceria Fora Do Comum" que produza resultados e permita medidas comuns de desempenho de todos.

Na mente e coração dos nossos Comandantes deve estar a redescoberta da necessidade de definir, moldar e usar valores essenciais, comuns à nossa Instituição e a cultura de mudanças.

Os Comandantes em todos os níveis da Instituição devem estar focados no "como ser", como desenvolver qualidade, caráter, mentalidade, valores, princípios e coragem. Devem saber que as pessoas são o principal ativo de nossas organizações e buscar através de palavras, condutas e relacionamentos um sistema de gerenciar mais circular, flexível, que, permitindo a liberação do espírito e do esforço humanos, leva as ações até as bordas mais extremas do círculo a fim de desencadear a energia da responsabilidade compartilhada.

Nossas Organizações Militares devem ser vistas como comunidade de pessoas e não unicamente como frações preparadas e prontas para cumprir missão ou conquistar objetivos designados.

Os Comandantes nos níveis superiores não devem assumir responsabilidades que podem e devem ser exercidas por militares subordinados. Devem primeiro confiar nos subordinados até prova em contrário e assegurar que os subordinados, que são competentes para exercer as responsabilidades a eles atribuídas, compreendam os objetivos a serem atingidos e se comprometam com eles.

Não podemos ter um grupo propondo a visão, os valores e a direção e um outro realizando sua implementação. Embora a visão tenha que partir do topo da organização, todos devem estar aptos e motivados a contribuir com ideias e, pelo menos, acreditar na visão e na direção. E, uma vez que os subordinados saibam para onde estão indo, os comandantes não podem divorciá-los do processo de implementação.

É essencial que a pirâmide esteja de cabeça para cima quando se começa a definir a visão, os valores, a missão e os principais objetivos. Ninguém faz objeções a uma visão, direção e valores provenientes da cúpula. Mas se a pirâmide permanecer de cabeça para cima quando a visão, metas e objetivos estão sendo implementados ou conquistados, encontraremos subordinados não comprometidos e não alcançaremos a Excelência Militar

O Comandante para ser eficaz deve fazer constantemente indagações. A inquirição sincera demonstra vontade de conhecer e aprender, desejo de servir e humildade que pode ser a inspiração para toda OM.

Os chefes devem ser pessoas voltadas para o aprendizado, isto é, devem ser capazes de ouvir atentamente, refletir após indagar e receber informações e apoiar aqueles que têm coragem de dizer duras verdades antes que os problemas se transformem em desastres.

Os Comandantes precisarão direcionar o foco para áreas vitais de mudanças, identificadas em cada fonte de informação importante, obter maior realização dos trabalhos, com mais rapidez e com menos apoio financeiro e administrativo.

Desenvolvendo processos que garantam a indagação, o aprendizado e o acompanhamento contínuos, os Comandantes crescerão na função, de forma a produzir um impacto positivo e mensurável na Força.

Somos, nas FA, uma organização virtual, no sentido de que comandamos pessoas que não podemos ver nem controlar em todos os aspectos. Esse tipo de chefia por controle remoto só pode funcionar bem quando a confiança existe em ambas as direções. A confiança, assim com a autoridade, precisa ser conquistada, testada e, caso necessário, perseguida. Na função de chefia não devemos usar apenas o estilo "sigam-me" e sim uma "liderança distribuída".

Precisamos viver de acordo com que falamos que somos. Se não fizermos o que pregamos não podemos esperar que os subordinados o façam.

Há necessidade de exercer o mando hierárquico, mas também, uma autoridade conquistada, que exige uma combinação incomum de atributos:

- somente a crença em si mesmo proporcionaria ao indivíduo a autoconfiança para caminhar em direção ao desconhecido e persuadir outros a irem aonde ninguém esteve antes. Todavia, a crença precisa ser combinada com uma dúvida razoável, a humildade de aceitar que às vezes podemos estar errados, que outros também têm ideias e que ouvir é tão importante quanto falar;
- a paixão pelo trabalho proporcionaria a energia e o foco que orientam a organização e atuam como exemplo para os demais, mas também precisa estar combinada com seu oposto, uma consciência de outras realidades, pois o foco pode ofuscar, ou seja, gerar uma incompatibilidade de pensar além do próprio espaço;
- consideração, camaradagem, e deferência pelos subordinados, para ser respeitado e seguido de bom grado; e

Nos anos 1960/1970, Governo e Nação reagiram à luta armada e, após derrotá-la, iniciaram a abertura democrática, objetivo declarado por todos os presidentes militares desde 1964. As lideranças socialistas enaltecem promotores de lutas fratricidas como Marighela, Lamarca e Guevara ao invés de D. Pedro II, Caxias e Rio Branco, estadistas e artífices da união nacional. Aqueles ícones da esquerda socialista marxista pensavam e agiam assim.

Marighela: "a única maneira de resolver os problemas do povo é a conquista do poder pela violência das massas".

Lamarca: "no discurso de Lamarca a volta da democracia não era uma questão aventada. [-] Mas, sim, o rompimento com a estrutura capitalista, por meio da implementação do socialismo pela via revolucionária. Não tem nada de pacífico".

Guevara: "adoro o ódio eficaz que faz do homem uma violenta, seletiva e fria máquina de matar. Muitos socialistas em posições importantes, onde posam de defensores dos direitos humanos, pertenceram a violentos grupos armados responsáveis por execuções como as três narradas a seguir ou, quando não, enaltecem as ações criminosas da luta armada dos anos 1960/1970.

No Araguaia, trucidaram um rapaz de 17 anos por ter sido guia da força legal.

"Cortaram primeiro uma orelha, na frente da família, no pátio da casa do Antonio Pereira [seu pai]. Cortaram a segunda orelha, o rapaz urrava de dor, e a mãe desmaiou. Eles continuaram, cortaram os dedos, as mãos e no final deram a facada que matou João Pereira".

No assassinato do Capitão Chandler, do Exército dos EUA, os terroristas bloquearam seu carro com um Volks. Um deles saltou e disparou seis tiros de revólver 38 e outro desferiu uma rajada de 14 tiros de metralhadora. Tudo friamente diante da esposa e filhos de Chandler.

Assassinato do Tenente Mendes Júnior pelo grupo de Lamarca.

"Após dois dias de fuga, julgando que Mendes Júnior já não tinha utilidade como refém [-] decidiram executá-lo. Poderiam tê-lo matado de maneira indolor, com um tiro de misericórdia, mas preferiram fazê-lo da maneira mais bárbara possível, aplicando-lhe sucessivas coronhadas na cabeça".

É preciso conhecer e prezar valores, crenças e ideais castrenses. Além de hierarquia, disciplina e outros princípios as FA cultuam o senso do dever e o de justiça e têm um compromisso sagrado com os irmãos que arriscam a vida pela nossa liberdade, justiça e soberania. Chefes militares cumprem o dever moral e funcional de defender os subordinados contra injustiças, mesmo diante de riscos profissionais. Se o Brasil entrasse numa guerra civil revolucionária nos anos 1960/1970, quantos empresários, autoridades, políticos e militares teriam prosseguido a vida profissional e familiar? Se caísse num regime totalitário, objetivo da luta armada, quantos teriam sobrevivido? E os militantes da esquerda anistiados pelo regime militar, que ocuparam ou ocupam cargos relevantes, escapariam aos expurgos e justificações típicos do regime comunista?

Se isso não ocorreu, agradeçam aos que defenderam a continuação do processo de redemocratização contra os que tentaram implantar a ditadura comunista. Se uns infringiram a lei, estão anistiados assim como os assassinos, sequestradores e terroristas comunistas que concordaram com a anistia ampla, geral e irrestrita até chegarem ao poder. A partir daí a esquerda radical rasgou o pacto de anistia. Traiu como sempre faz, pois para ela os fins sempre justificam os meios. Rever a anistia é revanchismo e ilegalidade.

É contrariar o espírito da lei, isto é, a intenção do legislador consciente de que a sociedade, os Poderes da União e as instituições, como a própria OAB, consideravam a anistia ampla geral e irrestrita a condição para a pacificação tão ansiada pela Nação.

Que mais queriam os militantes da luta armada? Que o vencedor lhes desse os meios para se vingar no futuro? O governo militar os anistiou, ao contrário do banho de sangue que promoveriam, como ocorreu e ainda ocorre nos países onde o socialismo marxista triunfa. É dever moral defender cidadãos, civis ou militares, da injustiça que correm o risco de sofrer, pois caberia a quem estivesse no lugar deles a missão que cumpriram com risco de vida.

Por outro lado, é hipocrisia a condenação de governos nos quais tenham ocorrido excessos na reação à luta armada, por outros governos que remuneraram, apoiam e confraternizam com o MST, cujas ações resultam, impunemente, em violações ao direito de propriedade, vandalismos e atentados à vida humana e animal; que concederam asilo político a terrorista estrangeiro condenado, mas entregaram a Cuba dois fugitivos daquela ditadura; que idolatram regimes e lideranças totalitárias como as de Cuba, Venezuela e Irã; e que são lenientes e simpáticos a grupos genocidas terroristas como o Hamas e o Hezbollah.

Os cidadãos brasileiros pagam polpudas indenizações aos que pretenderam escravizá-los a um regime comunista liberticida, por meio da luta armada fratricida. Mas quem vai indenizar as vítimas de assassinos, sequestradores e terroristas anistiados que militaram nessa luta armada?

Como é inaceitável que, meio século depois, se pretenda punir os que nos salvaram de uma ditadura totalitária, nós “estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se opor a agitadores e terroristas de armas na mão, para que a nação não fosse levada à anarquia”.

Ninguém fica pra trás nem avança sozinho na defesa de nossa liberdade, justiça e soberania.

#####

DEVER MORAL

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva (1) (atualizações do artigo Decisões de Caráter Moral, de 15/11/2013, feitas em 11/01/2024 e 14/10/2024 com o título Dever Moral)

Dever Moral é “aquele que não é imposto nem pela lei nem pelo Direito, mas se subordina ao livre arbítrio e cujo cumprimento depende da consciência e dos princípios morais do ser humano” (2).

Deve ser um guia de todos os cidadãos e autoridades e o é para chefes militares que “por serem profissionais e não meros burocratas precisam ir além da conduta regida por regras extraídas de contextos rotineiros”(3).

O dilema entre lealdade e disciplina pode ser um desafio a altos chefes militares em situações extremas. Dilema injustificável, porém, se o silêncio e a omissão contribuírem para um dano intolerável à Instituição ou à Nação, esta última credora da lealdade indivisível do soldado.

No artigo Lealdade e Disciplina, publicado no Estadão em maio de 2008, escrevi:

“Hierarquia e disciplina são fundamentos das Forças Armadas (FA). Sem elas as FA se transformam em instrumentos de opressão à sociedade, desintegram-se em segmentos controlados por caudilhos ou grupos de interesses lutando entre si pela tomada do poder. Perdem o caráter de instituições nacionais e sua razão de ser como braço armado para a defesa da nação. (Porém) O dilema entre disciplina e lealdade é apenas aparente, pois a lealdade à Nação é manifestação de disciplina em seu grau mais elevado, considerando a missão constitucional⁴ das FA e o juramento do militar à Bandeira Nacional”.

Aos superiores hierárquicos o militar deve, dentro dos limites da lei, obediência, cooperação, respeito e disciplinada franqueza. Sua lealdade é, acima de tudo para a Nação, sendo seus compromissos dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria e defender sua honra, integridade e instituições com o sacrifício da própria vida.

A servidão incondicional à Nação tipifica o militar e as FA dos países democráticos.

No artigo A Segunda Chance: um ensaio sobre liderança, o Tenente David Adams da Marinha dos EUA escreveu: “Franqueza e coragem moral caminham juntas. A responsabilidade dos

Oficiais na formação do processo político envolve uma franqueza absoluta. Uma vez que uma decisão política final seja tomada, ele tem a obrigação de apoiar essa decisão como se ela fosse sua com uma grande exceção: questões que envolvam os profundos princípios - dever, honra e pátria - não nos podem submeter a outros compromissos. O dever exige que um Oficial se pronuncie.

O General George Marshall disse:

“é duro obtermos homens para fazer isso, pois para tanto você expõe sua carreira. Porém, qualquer Oficial verdadeiramente capaz de dar sua vida por seu país necessita também estar pronto a renunciar à sua carreira”.

Chefes militares não se calam diante de situações capazes de causar danos intoleráveis à Nação. Os que galgaram os altos escalões têm maiores responsabilidades, pois são a interface das FA com a Nação, o Estado e o Governo.

Se não reverterem tais situações com disciplinada franqueza, dentro da cadeia de comando, manifestam-se publicamente e passam à reserva se a consciência indicar ser necessário para preservar a hierarquia, a disciplina e a coesão da Força.

Ao cumprir os deveres com a Pátria, o chefe militar dignifica a autoridade do cargo, conquista a confiança dos comandados e protege a Instituição, assim reforçando a hierarquia, a disciplina e a coesão. Em situações extremas, sabe que narrativas sobre disciplina e lealdade devidas a superiores hierárquicos não justificam preterir os interesses nacionais.

Sua conduta prima pelo patriotismo, honra, dever, coragem e pela lealdade total à Nação. É um escravo do dever e não do interesse por cargos ou ascensão pessoal, ambos apenas passageiros.

Adiante vai o exemplo de consciência do dever moral em situação extrema, por um incontestado líder e chefe militar, digno herdeiro dos imortais Caxias e Osório.

Trecho da Circular Reservada do então Chefe de Estado-Maior do Exército, General Castello Branco (20 de março de 1964):

“Compreendendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra. É preciso aí perseverar sempre dentro dos limites da lei. Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três Poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas”.

A lealdade e a disciplina dos chefes militares e FA germânicas, ambas distorcidas e servilmente dedicadas a Hitler e ao partido nazista, contribuíram para o maior desastre da história alemã, cujo custo moral e material aquele povo amarga até hoje.

Os chefes militares alemães esqueceram, por comodidade, interesse ou covardia, que a lealdade à Nação é disciplina militar em seu grau mais elevado e deixaram o futuro da Alemanha nas mãos sanguinárias de um líder e de um partido, ambos criminosos e liberticidas. **“Saber o que é certo e não o fazer é a pior covardia”** - Confúcio.

NOTAS

(1) Professor emérito e antigo Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; comandou o 5º Batalhão de Infantaria Leve; é Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres e membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

(2) Vade Mecum Brasil: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/dever-moral>.

(3) Military Review Edição Brasileira de Jan-Fev de 2011: “A Revolta dos Generais: Um Estudo de Caso sobre a Ética Profissional” (Martin L. Cook - Ph. D, professor de Filosofia e Subchefe de Departamento na Academia da Força Aérea dos EUA).

